

EDUCAÇÃO BÁSICA E O DESAFIO DO ENSINO BILÍNGUE

Ácna Abreu Campos¹

Elisângela Maura Catarino²

Resumo: A inclusão dos surdos no ensino tem crescido significativamente, também a preocupação em não tornar estes alunos apenas incluídos no ambiente escolar também. Para que estes alunos se sintam pertencidos no processo de aprendizagem é importante que na escola tenha em seu quadro profissionais que falem a sua língua, LIBRAS, daí a importância do ensino de libras na escola, enquanto disciplina, pois facilita a ação pedagógica como meio de comunicação com o surdo. Este trabalho tem como objetivo de analisar o ensino de Libras na educação básica como parte da educação inclusiva. Partindo de uma revisão bibliográfica de autores que defendem como Miranda (2012), Ramos (2010), Quadros (1997). Narrativas anteriores nos indicam que a história do ensino ao surdo foi marcado negativamente pela exclusão e incompreensão do mesmo. Com a legislação de 1996 (LDB) a inclusão destes indivíduos se faz mais presente, no entanto sem de fato garantir um real aprendizado. Aborda o ensino de Libras enquanto disciplina, torna-se primordial para subsidiar não apenas o aluno surdo, mas também os alunos ouvintes, professores e demais agentes educacionais. Trata-se da missão do professor de incluir o surdo no processo de aprendizagem e interação dos surdos com os demais ouvintes, afim de oferecer que não fique ninguém excluído no processo de ensino- aprendizagem. Também é pensado como é realizado a avaliação do aluno surdo, em que há uma cobrança enorme para que ele aprenda português, porém não aprecia a língua dominante.

Palavras-Chave: Educação Básica. Educação Inclusiva. Libras.

Introdução

A inclusão de pessoas deficientes nos espaços escolares vem ganhando força nos últimos anos. O que percebemos é que a inclusão vem ganhando força na sociedade, não apenas para deficientes, mas também para homossexuais, religiosos, indígenas, negros, de todas classes de minorias excluídas socialmente. A inclusão está presente para que a exclusão não aconteça. Eis então a importância do professor, dentro do processo de ensino para a emancipação, compreender e atuar com todos não apenas com os ditos “normais” os valores essenciais para viver em sociedade harmoniosamente e de forma respeitável.

Em relação ao surdo, nem sempre tiveram os seus direitos respeitados e ser compreendido em sua natureza menos ainda. Fatos históricos apontam que infelizmente, os surdos eram discriminados, incompreendidos e excluídos da sociedade, sendo considerado como uma aberração. Muitos acreditavam que eles não tinham capacidades intelectuais e cognitivas. Perello, Tortosa (1987, apud GOMES, 2011), “Historicamente, as pessoas com deficiência foram consideradas ora amaldiçoadas, ora seres “semidivinos”; porém, sempre foram excluídas do contexto social e vistas como objeto de caridade pela comunidade”.

1 Acadêmica do 7º período de Pedagogia da UNIFIMES - ac.na@hotmail.com.

2 Professora Doutora Adjunta, UNIFIMES, orientadora - maura@fimes.edu.br.

Muitas famílias escondiam seus filhos surdos impedidos assim que tivessem acesso a sociedade, pois para eles eram uma vergonha.

Apesar de se discutir a inclusão do surdo no contexto social e escolar, ainda é algo recente, pois muitos chegam a vida adulta sem ter acesso total ao conhecimento necessário para viver em sociedade. Fato esse, causa pela falta de políticas públicas que garantam a eles um ensino de qualidade. Escolas, professores se veem desafiados em como ensinar um grupo tão particular como o surdo.

Segundo Strobel (2008b, p. 42.) “A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos”. Garantir ao surdo que seja acolhido, principalmente no ambiente escolar, e que haja respeito e suas necessidades, principalmente no que se refere a comunicação, o uso da língua de sinais (Libras) é de suma importância. “Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas” Skliar (2005, p. 27, apud Bastos 2017, p. 6).

A ideia de fazer com que a sociedade e os surdos usufruam da língua de sinais, não deve limitar-se somente ao ambiente escolar. Permitir que o surdo se comunique é o respeito a humanidade e a cidadania e não pode ficar restrito ao ambiente familiar e escolar, mas garantir que o surdo ao fazer parte da sociedade comunique-se e seja entendido em suas necessidades. “O ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) se constitui algo relativamente novo na maioria das instituições públicas regulares; não só nestas, mas em muitos ambientes públicos, como bancos, lojas, igrejas etc.” Silva e Daxenberger (2015).

Através desses fatores históricos, pensamos em uma educação inclusiva, onde o surdo não se sentirá isolado, nem discriminado, em que ele possa sentir que é tratado de forma igualitária em relação aos ouvintes. Apesar dos paradigmas que já conseguimos desmistificar, ainda encontramos barreiras no processo educacional que interfere negativamente na educação dos surdos. É neste momento que há o interesse em pesquisar como acontece a inserção da Língua brasileira de Sinais na educação, e principalmente na educação básica. Onde os nossos questionamentos são: na educação básica, o surdo tem sido incluso ou incluído do processo de ensino-aprendizagem? E os docentes estão preparados para enfrentar esse desafio de ensinar o surdo?

Tentando responder aos questionamentos levantados, propusemos como objetivo do trabalho, fazer uma análise sobre inserção da Libras na educação enquanto disciplina, como ensino um novo idioma para todos.

Língua esta, reconhecida a partir da lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, onde foi oficialmente regulamentada como Língua brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, além de garantir a inclusão desta língua nos cursos de formação de professores. Trata-se do reconhecimento de que a cultura surda existe com sua história e língua e que deve ser respeitada como tal. Garantir o acesso a língua de sinais é reconhecer a cidadania de um grupo tão marginalizado. Além de abordar a inclusão dos surdos no ensino regular, na perspectiva de haver uma educação emancipatória, não apenas de dizer que o indivíduo vai à escola, mas de promover a inclusão dos ouvintes nesse universo.

Partindo da leitura de livros, artigos e dissertações, seguido dos seguintes teóricos: Araujo Neves (2015), Gomes (2011), Mantoan (2016), Quadros (1997) entre outros. As obras do teórico acima citados, abordam a educação inclusiva, não somente para os surdos, mas a favor da inclusão de todos, para que enfim haja uma educação que leva a pluralidade de culturas.

O que é Libras?

Ao perguntarmos o conceito da Língua Brasileira de Sinais, geralmente, ocorre alguns equívocos. Associando libras a uma linguagem ou gestos com as mãos seguidos de expressões faciais. Trata-se de uma língua gestual que traz em sua arcabouço todos os componentes necessários a uma língua (QUADROS, 2004). Estrutura linguística, fonológica, morfologia, sintaxe, semântica, dão a essa língua importância (QUADROS, 2004). Nesse discurso, autores como Honora (2009, p. 41, apud SCHLÜNZEN, BENEDETTO, SANTOSNOS, p.45-46) vem desmistificando com clareza que as línguas de sinais são:

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas surdas. Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestões. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de LÍNGUAS. [...]. As línguas não são universais. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical, sendo assim, como não temos uma única língua oral, também não temos apenas uma língua de sinais.

Por não ser uma língua universal, a língua de sinais sofre variações desde regionalismos, de cada país, uma vez que é considerada como qualquer outra língua que sofre processo de variação, Assim, como línguas de mesma raiz sofre um exemplo o espanhol, inglês ou italiano. Quando estudamos libras, não estudamos apenas gestos e expressões faciais, mas toda a sua carga estruturante presente em qualquer língua se apropriando de um outro idioma.

Permitir que ouvintes se apropriem deste conhecimento garantira algo que a comunidade surda se queixa muito, do conversar, pois isolados em seu mundo ficam restritos e a comunicação faz parte da constituição humana.

Libras enquanto disciplina

O ensino de uma outra língua requer preparação e conhecimento. É também compreender que quando apropriamos dessa nova língua queremos estabelecer com o outro uma comunicação, algo importante para o convívio social. Ao pensarmos em educação inclusiva para os surdos, devemos analisar também na perspectiva de que todos tenham acesso a língua de sinais como o intuito de garantir essa comunicação. Silva e Daxenberger (2015), afirma que:

Porém muitos acham desnecessário estudar LIBRAS, afirmando que apenas o surdo precisa aprendê-la. Sabe-se que esta afirmação é equivocada, pois para sermos uma sociedade inclusiva devemos pensar nos indivíduos em sua totalidade, de forma que um não exclua o outro e juntos se adaptem às mudanças, para que assim, a inclusão seja de fato, posta em prática na sociedade.

A proposta é que se tenha um ensino bilíngue que garanta que tanto ouvinte como não ouvinte tenham acesso a essa língua. Com este objetivo iremos ter alunos bilíngues capazes de se comunicar com os não ouvintes. Para obtermos isso é preciso que seja elaborado um currículo que atenda a essa formação para a diversidade. Currículos escolares flexíveis que incluam LIBRAS como disciplina, algo que hoje não ocorre. Luckesi (2011) afirma que “Planejamento curricular é uma tarefa multidisciplinar que tem por objeto a organização de um sistema de relações lógicas e psicológicas dentro de um ou vários campos de conhecimento, de tal modo que se favoreça ao máximo o processo de ensino aprendizagem”. Sem esse olhar as escolas continuaram praticando um ensino excludente.

O currículo que inclui a Libras enquanto disciplina na educação básica, deve pensar no aluno surdo que chega a escola no ensino regular e que ainda não conhece a língua portuguesa, pensar que esse aluno surdo pode trazer consigo o conhecimento de sua língua de sinais. Por ser uma nova e diferente língua, que está sendo ensinada, deve ser ensinada com a mesma seriedade que ensina o português e as demais línguas estrangeiras nas escolas. Traversini et al (p. 109, 2013) ressalta que:

[...]há que se enfrentar os desafios que nos provoca a diferença, isto em termos de sujeitos, relações com os saberes, conhecimentos, aprendizagens, avaliações, planejamentos, ritmos, tempos, espaços, culturas, linguagens [...] Se assim for o

movimento do pedagógico, a comparação entre sujeitos alunos, tendência forte e usual nas escolas, precisa perder seu poder de atuação.

Ao ensinarmos os alunos a se comunicarem em libras, seja ouvinte ou não, eles não vão estar limitados apenas para uma socialização no meio escolar, mas trocaram experiências culturais tão significativa para a formação. Onde quer que estejam, eles irão saber se expressar. Sem isso, pode ocorrer uma relação mútua entre surdo e ouvinte, de não compreensão de não comunicação gerando uma sensação de exclusão.

Quando pensamos na disciplina de LIBRAS, no ensino regular da educação básica, não pode estar limitada apenas, como uma disciplina planejada bonita no papel, é importante que reflitamos nos benefícios que ocorrerá na sociedade, não exclusivamente no momento, mas na formação de indivíduos capazes de lidar com as diferenças em uma sociedade em que todos podem exercer cidadania de forma integral. Brasil (2006, p. 71.)

- Os surdos têm direito a uma educação bilíngue, que priorize a língua de sinais como sua língua natural e primeira língua, bem como o aprendizado da língua portuguesa, como segunda língua.
- O desenvolvimento de uma educação bilíngue de qualidade é fundamental ao exercício de sua cidadania, na qual o acesso aos conteúdos curriculares, leitura e escrita não dependam do domínio da oralidade.
- A presença de educadores surdos, é imprescindível no processo educacional, atuando como modelos de identificação linguístico cultural e exercendo funções e papéis significativos.

A educação bilíngue, nos traz vantagens enquanto indivíduos em sociedades, por tanto precisamos nos desfazer de velhas práticas pedagógicas através de um estudo mecânico. Eis então o grande valor de incluir todos no processo de aprendizagem. De acordo Traversini et al (2013, p.109) devemos “Colocar a diferença como centralidade do processo de ensino, então, é buscar outros modos para ensinar-aprender. E isso diz respeito tanto ao professor quanto ao aluno, pois ambos estão envolvidos no processo.” Outro fator a ser observado para que obtenha sucesso, é a qualificação do professor. Pois não basta apenas ter um currículo de acordo com as políticas de inclusão, se não há profissionais adequados para tal função.

A língua de sinais no processo de aprendizagem dos surdos

A educação básica brasileira organizada em fases, distribuídas em educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e está assegurada a todos. Essa garantia só foi possível pela redemocratização a partir da Constituição Federal de 1988. Sua normatização se deu pela

Lei de Diretrizes e Base de 1996, LDB, que de fato apontou os caminhos que a educação brasileira deveria seguir, além de estabelecer as regras para a educação inclusiva em todas as escolas de ensino regular.

É percebido ainda em muitas escolas muito prezo ao modelo tradicionalista, sem muita abertura para essa nova demanda que é de atender ao deficiente e em especial ao auditivo. Muitas escolas de educação infantil se veem limitadas em seu processo quando se deparam com a matricula de crianças surdas. Primeiro pela falta de conhecimento da cultura surda, depois pela falta de profissionais qualificados dentro de LIBRAS para atura com essas crianças.

Tem buscado se adequar a uma educação inclusiva na educação infantil, onde o processo de aprendizagem não pode ser desprezado e pautado somente no cuidar.

Kramer (2014) aponta “A educação da criança ainda encontra muitos entraves, que caracterizam uma educação um tanto vazia de sentido, como se ainda permanece a ideia de educação compensatória, espaço de cuidado e não de educação como produção cultural e cidadã desde a mais tenra idade.” E é direito da criança surda participar de todos os momentos desde a socialização, até o encontro das primeiras letras, isso nas duas línguas, no português e sinais.

A inclusão na educação infantil, é muito importante, pois desde cedo as crianças pequenas, já convivem com as diferenças. Sendo dessa maneira, o surdo não poderia ser deixado de lado no processo de desenvolvimento, juntamente com os alunos que o cercam. (BIAGGIO ,2007, p. 22).

Biaggio (2007, p.22) ainda reforça mais essa ideia da importância da educação infantil para o processo de desenvolvimento,

A inclusão é extremamente favorável à eliminação de posturas excludentes, pois a partir da convivência na heterogeneidade, as crianças aprendem, desde cedo, a não discriminar. Estudos comprovam o desenvolvimento de práticas colaborativas e valores como a solidariedade e o respeito à diferença.

No ensino fundamental e ensino médio, encontramos o intérprete em sala de aula que é uma exigência da lei. Eis então o grande dilema, por que a existência deste profissional em algumas fases e em outras não? Pedroso e Dias (2011, p. 250) destacam ainda uma outra questão importante, de quem é a responsabilidade pelo ensino da aluno surdo.

“[...]os professores acabam delegando ao professor fluente em Libras a função de ensinar e não modificam a sua prática. Isso explica porque o professor fluente em Libras assumiu o ensino para o aluno, ultrapassando a função de intérprete”.

Apesar de ser um direito do aluno surdo ter um intérprete em sala, como diz na lei de nº, 12.319 de 1º de setembro de 2010, quem é responsável pelo ensino é o professor regente, o intérprete auxilia nesse processo. Para que tenha uma educação de qualidade o professor não deve acomodar e se apoiar totalmente no intérprete, já que é o docente que ensina o conteúdo e responde as dúvidas.

Com as discussões constantes sobre a educação inclusiva, houve a preocupação de refletir sobre a prática pedagógica, por mais que falamos sobre teorias de ensino modernas, onde há um ensino planejado de acordo com as necessidades e realidade dos alunos, ainda é difícil abandonar a teoria tradicional.

Portanto é um desafio que temos para vencer. Miranda e Filho (2012) nos complementa dizendo que, “[...] considera um desafio aos sistemas de educação construir uma educação na perspectiva inclusiva que atenda a todos de forma adequada.” No entanto os estudos tem nos mostrado que é apenas um desafio, não é algo impossível.

No momento em que planejamos a aula, o professor precisa levar em conta todos os que necessitam de uma atenção maior. Observando se a metodologia está adequada e se os recursos que oferece ao aluno será suficiente para o processo de ensino-aprendizagem. Sem isso, o professor ignora o fato que em uma sala de aula, a presença da diversidade é algo real. Luckesi (2011, p. 131) nos destaca que o planejamento do ensino é:

A previsão inteligente e bem articulada de todas as etapas do trabalho escolar que envolvem as atividades docentes e discentes, de modo que torne o ensino seguro, econômico e eficiente; é as situações específicas do professor com a classe; é o processo de tomada de decisões bem informadas que visam à racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação ensino aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência, maior produtividade.

Deve haver mudança nas práticas pedagógicas para que o aluno não seja apenas incluído na escola. Quem nos confirma sobre a importância das mudanças pedagógicas, é RAMOS (2010), “A elaboração do plano didático não mais mediante parâmetros, mas levando em conta a realidade dos alunos, é o que podemos chamar de verdadeira mudança na concepção da prática pedagógica”. Quando conseguimos pensar no aluno surdo, durante a

elaboração da aula e em suas necessidades, de fato podemos dizer que estamos realizando a inclusão deste sujeito.

Ao pensarmos no aluno é importante que perguntemos como o aluno surdo aprende? Através desse questionamento, pesquisar os materiais e recursos mais adequados para facilitar a aprendizagem e desenvolvimento dos surdos levando em conta suas limitações e possibilidades de aprendizado.

Existem métodos em que o professor pode optar para facilitar a aprendizagem e planejando com intencionalidade ao usar recursos tecnológicos, como por exemplo vídeos legendados, a língua portuguesa escrita até mesmo música e dramatização.

É importante que no processo de aprendizagem o professor trabalhe com a intenção não apenas de saber o significante, mas também o significado. “[...] é indispensável o uso de representações visuais como estratégia de ensino numa proposta pedagógica inclusiva, pois ela favorecerá a apropriação de significados pela criança, bem como possibilita a representação mental de experiências.” Mahl e Ribas (2013, p 590).

A avaliação

Ao falarmos dos dilemas e a apropriação da aprendizagem do surdo na escola regular, não poderíamos deixar de abordar a avaliação desses indivíduos e da prática do professor. Afinal o tempo todo estamos avaliando e sendo avaliados. “[...] A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso é necessário que seja usada da melhor forma possível.” Luckesi (2011, p. 137). Neste contexto pensar na avaliação é fundamental para possibilitar que essa verificação aponte os caminhos a ser seguido Segundo Mahl e Ribas (2013, p. 585) diz que:

Na educação, a avaliação do desempenho escolar do aluno, por si só já é um tema complexo, quando pensamos em uma educação especializada envolvendo o aluno surdo torna-se mais complexo ainda, pois muitos dos métodos avaliativos são elaborados por professores ouvintes, fazendo com que, muitas vezes, esqueça-se que a linguagem, a cultura e a forma de obtenção da aprendizagem são diferentes para o aluno surdo, não levando em consideração as especificidades do aluno.

Na avaliação do surdo, deve ser considerado a sua língua materna, Libras, sem deixar de avaliar a língua portuguesa, pois o mesmo deve desenvolver nas duas. A lei 5626/05 capítulo IV, artigo 14 que nos dá embasamento neste quesito da avaliação:

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa.

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (BRASIL, 2005)

Nesta perspectiva, devemos escolher diversos instrumentos avaliativos, para observar e chegar a uma conclusão de como foi o processo de aprendizagem. Na visão de Mahl e Ribas (2013) esses instrumentos não devem ser pautados apenas em provas e notas, ou seja apenas no quantitativo, mas também no qualitativo.

Considerações Finais

O que percebemos que a inclusão escolar está bem distante do que é previsto por lei, ou pelo que se acredita que seja uma educação inclusiva de qualidade. Pensar na formação do professor, na reestruturação dos currículos escolares sejam os passos iniciais para se garantir uma educação de qualidade.

Pensar em um ensino bilíngue também. Surdo e ouvinte dividem o mesmo espaço, possuem as mesmas necessidades de aprendizagem, então a escola precisa olhar para os dois, fazendo as adequações necessárias para atender a ambos.

Um outro ponto para salientar dentro desta análise, seja o desejo de se fazer de fato uma educação de qualidade para todos. Papel esse que todos devem assumir, Estado, escola, família e principalmente o professor, agente fundamental dentro deste contexto.

Referências

BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré – escolas. *Revista Criança, Brasília, 44, 19-26, 2007*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7697-revistacrianca-seb44-pdf&Itemid=30192> acessado em 07/04/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1 de Setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm acessado em: 09/04/2018.

BRASIL, **Decreto de LEI 5626/05**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, Brasília, DF. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1> Acessado em 12/04/2018.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DRAGO, Rogério. **A educação infantil e educação inclusiva: Um olhar sobre o trabalho com crianças com deficiência**. In: ROCHA, Eloisa A. C.; KRAMER, Sonia. (org.). **Educação Infantil: Enfoques em diálogos**. 3ª Ed, São Paulo: Papirus, 2014.

GOMES, Soraya Bianca Reis Duarte. Análise por grupos focais do instrumento de avaliação de qualidade de vida – whoqol/bref traduzido para a língua brasileira de sinais. 2011 (Dissertação) Mestrado em ciências da saúde- Universidade Federal de Goiás, Goiás. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4522> acessado> em: 07/04/2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª Ed, São Paulo. Cortez, 2011.

MATOAN, Teresa Égler (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5ª. Ed, Petrópolis: Vozes, 2016.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, prática e lugares**. Salvador. EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/.../1/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf> acessado em: 03/03/ 2018.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva**. São Paulo. Summus, 2010.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; BENEDETTO, Laís dos Santos Di; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento. **História das pessoas surdas: da Exclusão à Política Educacional Brasileira Atual**. *Unesp, São Paulo*, v. 11, n. 1, p. 1-8, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65523>> acessado em 09/04/2018.

SILVA, Merlânia Lino; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva. Ensino de libras para alunos da educação básica por meio de uma ação extensionista. **II Congresso de Educação. 2015**. Disponível em: <

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA7_ID3165_17082015010039.pdf> acessado em 09/04/2018.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; DIAS, Tárzia Regina da Silveira. Inclusão de alunos surdos no ensino médio: organização do ensino como objeto de análise. *Revista Nuances. SP*, v. 19, n. 20, p. 134-154, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/985>> Acessado em 10/04/2018.

STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis - SC, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

TRAVERSINI, Clarice Salette et al. **Currículo e inclusão: na escola de ensino fundamental**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0376-0.pdf> Acessado em: 07/04/2018.